

Torneio de populismo fiscal

Rogério L. Furquim Werneck*

O projeto de isenção de Imposto de Renda (IR) realça de forma deprimente o primitivismo e a inconsequência que hoje pautam a condução da política fiscal no País. Tudo começou com uma promessa de campanha do presidente Lula baseada num disparate demagógico: “Na minha cabeça, salário não é renda. Renda é de quem vive de especulação. Esse, sim, deveria pagar imposto de renda.” (**Estadão**, 12/10/2024) Não houve, no governo, quem se dispusesse a esclarecer que salário, sim, é renda. E, como tal, é taxado mundo afora.

A ideia concreta passou a ser conceder isenção de IR a contribuintes com renda mensal entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil reais. O custo de tamanha benesse, inicialmente estimado em R\$ 25 bilhões, acabou saltando para mais de R\$ 30 bilhões. E logo se propôs que a perda de arrecadação fosse compensada pela elevação do IR cobrado de contribuintes de alta renda.

Foi o que bastou para que boa parte da mídia embarcasse no oba-oba de uma conta tão simples quanto equivocada: quem poderia ser contra destinar a receita proveniente da tributação de 140 mil contribuintes de alta renda ao alívio da carga de IR de 14 milhões de pessoas?

A indagação que fazia sentido era bem outra: caso, em meio à penúria fiscal em que está entalado, o governo conseguisse extrair de contribuintes de alta renda uma receita adicional de IR de R\$ 30 bilhões, qual seria o melhor uso que poderia dar a tais recursos? Destiná-los a bancar isenção de IR para contribuintes com renda mensal entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil? Claro que não!

Tais contribuintes, além de terem empregos formais, estão relativamente bem posicionados na distribuição de renda. Não há por que isentá-los de IR. Não faz nenhum sentido o Brasil abrir mão de uma base ampla e maciça de contribuintes de IR, como se tem nas economias avançadas, e passar a restringir a cobrança do tributo aos poucos 15% da população ocupada que tem renda mensal acima de R\$ 5 mil. Ou, pior, 13%, como agora festeja o governo. Um desatino eleitoral difícil de ser revertido que custará caro ao País.

Apesar de ultra-minoritário no Congresso, o governo apostou, com toda razão, que os parlamentares não se disporiam a votar contra a isenção de IR. Acertou em cheio. O projeto foi aprovado na Câmara por 493 votos a zero. Isso mesmo, zero.

Em torneio de demagogia, o Congresso sempre foi imbatível. Empatou o jogo com o Planalto. O governo não terá como apontar um só deputado que tenha votado contra a isenção. “Um golaço”, comemorou o ministro da Fazenda.

Deprimente.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.